Direitos Humanos

Protagonismo juvenil

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Básica

Programa Ética e Cidadania
construindo valores na escola e na sociedade

Protagonismo juvenil

Módulo 3
Direitos Humanos

Programa de Desenvolvimento
Profissional Continuado

Brasília
2007

Secretária de Educação Básica - SEB/MEC
Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC
Daniel da Silva Balaban

Diretora de Políticas de Ensino Médio - DPEM/SEB/MEC
Lucia Helena Lodi

Coordenação do Projeto
Lucia Helena Lodi

Equipe Técnica - DPEM/SEB/MEC
Rozana da Silva Castro
Maria Marismene Gonzaga

Organização
FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP)

Consultores
Ulisses F. Araújo e Valéria Amorim Arantes

Equipe de elaboração
Ulisses F. Araújo,Valéria Amorim Arantes, Ana Maria Klein e Eliane Cândida Pereira

Revisão
Maria Helena Pereira Dias, Ana Lucia Santos (preparação)

Coordenação de Arte
Ricardo Postacchini

Diagramação
Camila Fiorenza Crispino

Tiragem 40 mil exemplares

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, sala 500
CEP: 70.047-900 - Brasília - DF
Tel. (61) 2104-8177/2104-8010
http://www.mec.gov.br

Dados Internacionais de Catalagoção na Publicação (CIP)

Programa Ética e Cidadania : construindo valores na escola e na sociedade : protagonismo juvenil / organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP) , equipe de elaboração Ulisses F. Araújo... [et al.]. –Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
4 v.

Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado
Conteúdo: Protagonismo juvenil – módulo 1: Ética – módulo 2: Convivência Democrática – módulo 3: Direitos Humanos – módulo 4: Inclusão Social
ISBN 978-85-98171-74-6

1. Ética. 2. Cidadania. 3. Direitos humanos. 4. Inclusão social. 5. Violência na escola. 6. Relações sociais na escola. 7. Igualdade de oportunidades. I. Fundação de Apoio à Faculdade de Educação. II. Araújo, Ulisses F. III. Brasil. Secretaria de Educação Básica.

CDU 37.014.53

Direitos Humanos

Módulo 3

Protagonismo juvenil

Sumário

Direitos Humanos

Introdução

Protagonismo juvenil

Toda pessoa tem direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos níveis elementares e fundamentais. A educação elementar será obrigatória. A educação técnica e profissional será acessível a todos, bem como a superior, esta baseada no mérito.

O texto acima faz parte do artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos e demonstra, de forma inequívoca, o entendimento do papel da educação dos jovens (aqui compreendidos pelas pessoas, homens e mulheres, entre 15 e 24 anos de idade) como um direito universal. Nesse sentido, é fundamental assumir o compromisso com políticas públicas que não só garantam o acesso dos jovens à educação técnica e profissional mas, também, que assegurem sua permanência no sistema educacional, criando condições justas para que tenham acesso ao ensino superior.

Para além da garantia de escolaridade, no entanto, o acesso ao mundo do trabalho, nas várias e diferentes formas que a sociedade contemporânea abre aos jovens, é um elemento essencial na construção da justiça social e de condições que promovam seu protagonismo na sociedade. Dessa forma, articular educação e trabalho para a juventude, a partir de projetos que garantam a qualidade de vida para todos, é um caminho profícuo para o desenvolvimento de ações que tenham a escola como *lócus* e a participação cidadã como meta.

Os recursos didáticos que compõem este módulo do *Programa Ética e Cidadania* buscam instrumentalizar os atores e atrizes, participantes do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania, e os demais estudantes e docentes das escolas para a compreensão do papel da juventude na vida contemporânea, bem como trazer experiências que reforcem o papel da escola na luta pela igualdade de direitos para jovens e adolescentes.

Iniciamos o módulo com um texto de Marília Sposito sobre os jovens no Brasil, apontando o quadro atual da juventude no

tocante a temáticas como trabalho, violência, drogas, lazer, política e cultura. Como relatos de experiências, apresentamos dez histórias que destacam a escola como protagonista da promoção e da garantia de direitos dos jovens, tendo como eixo de sustentação o Estatuto da Criança e do Adolescente. Como recurso audiovisual, apresentamos o curta-metragem *Dadá*, que mostra os sonhos, desejos e a realidade social de três jovens de 16 anos que vivem no morro do Vidigal, no Rio de Janeiro.

Direitos Humanos

Os jovens no Brasil

Protagonismo juvenil

O texto a seguir, de autoria da socióloga Marilia Sposito, traz resultados de uma pesquisa realizada com jovens de diversas regiões metropolitanas de diversas regiões metropolitanas: Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE), Belém (PA) e Distrito Federal (DF). Nele, enquanto o desemprego é trazido como principal tema de preocupações dos jovens, a violência, seguida das drogas, são apontadas pelos mesmos como os grandes problemas do mundo contemporâneo. Outras questões relevantes são abordadas na pesquisa e analisadas com cuidado pela autora: o acesso dos jovens ao lazer, suas perspectivas de futuro, a dimensão política e cultural nas suas vidas. O texto é finalizado com algumas reflexões sobre os processos de exclusão que afetam os jovens brasileiros. Acreditamos que tais reflexões podem ser tomadas como ponto de partida para um fórum aberto de debate sobre protagonismo e juventude.

SPOSITO, Marilia Pontes. *Os jovens no Brasil*: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003. p. 23-26.

O que dizem os estudos sobre jovens?

Em pesquisa nacional realizada em 1999 pela Fundação Perseu Abramo com jovens residentes em nove regiões metropolitanas, foi possível verificar que no Brasil a condição juvenil não pode ser depreendida apenas da realidade escolar – ou seja, da situação dos jovens como estudantes –, mas deve ser compreendida também a partir do mundo do trabalho. Por essas razões, no Brasil, a transição para a idade adulta não é representada pelo início da vida profissional, como acontece em alguns países desenvolvidos.

Trabalho

Estavam trabalhando, desempregados ou buscando alguma forma de contato com o mundo do trabalho, 78% dos jovens entrevistados. Ou seja, cerca de quatro em cada cinco jovens brasileiros metropolitanos estavam ligados à esfera do trabalho, em novembro de 1999, independentemente de terem completado ou não sua formação escolar.

Para dois terços dos jovens economicamente ativos, o trabalho constituía um complemento de renda familiar. No entanto, outras atribuições de sentido, além da subsistência, apareceram nas respostas. De um lado, a ocupação é vista como meio para a própria formação profissional e para continuidade da educação escolar. De outro, o trabalho também permite a esses jovens a possibilidade de experimentar a condição juvenil em esferas como a da sociabilidade, do lazer, da cultura e do consumo (de roupas, aparelhos eletrônicos, entre outros). Assim, a ocupação, mesmo realizada sob condições precárias, aparece revestida de atribuições positivas ligadas a maior independência da família, à autonomia e como condição de prazer. Os resultados mostravam que havia mais jovens satisfeitos (37% muito satisfeitos, 38% um pouco satisfeitos) que insatisfeitos (10% um pouco insatisfeitos, 7% muito insatisfeitos) com a atividade exercida. Por essas razões, quando perguntados sobre seu principal tema de preocupação, a resposta majoritária foi o desemprego, ao lado do problema da violência e, em seguida, a questão das drogas.

Violência

Quanto à violência e seu crescimento nos últimos anos, sobretudo a partir da disseminação das quadrilhas organizadas em torno do narcotráfico, é preciso ressaltar que os segmentos juvenis da sociedade brasileira, embora apareçam quase sempre como protagonistas, são muito mais vítimas do que responsáveis. Embora a taxa global de mortalidade da população brasileira tenha decrescido de 633 em 100 mil habitantes, em 1980, para 573, no ano 2000, o inverso ocorreu com os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos: de 128 passou para 133 por 100 mil no mesmo período. Como afirma Waiselfisz (2002: 25), "a mortalidade entre os jovens não só aumentou, como também mudou sua configuração, a partir do que se pode denominar como os 'novos padrões de mortalidade juvenil'." Os novos padrões exprimiriam as novas razões da mortalidade juvenil, não mais as doenças e as epidemias infecciosas, como há décadas, mas as denominadas causas externas, principalmente os acidentes de trânsito e os homicídios.

Na cidade do Rio de Janeiro, no ano 2000, a taxa de homicídios declarados a cada 100 mil habitantes foi de 54,9. A partir de um estudo realizado com a população juvenil da cidade, Novaes e Mello (2002) verificaram que a rua foi apontada por todos os jovens como o *locus* de maior perigo. Nesse sentido, as autoras constataram que são os jovens pobres os que mais dependem das formas públicas de lazer, entre elas a circulação pelas ruas e praias. Assim, são esses segmentos também os mais penalizados com os índices crescentes de violência, por não ter acesso fácil a formas de lazer que envolvam gastos.

Drogas

Ao apontar quais seriam os maiores problemas no mundo, os jovens entrevistados pela Fundação Perseu Abramo consideram que a violência é o primeiro, com 52% de menções espontâneas. Aproximadamente 29% dos entrevistados declararam ter visto, pessoalmente, alguém assassinado.

Como terceiro problema, foi mencionado o campo das drogas, revelando proximidade e contato com usuários, embora poucos tenham declarado o hábito de consumo de drogas ilícitas, como a maconha e a cocaína (13% declararam já ter experimentado a maconha e, apenas 5%, crack ou cocaína). Embora os jovens apontem as substâncias ilícitas como as mais freqüentes, a pesquisa não tratou do consumo de álcool, que certamente é um

grande problema, sendo o agente responsável pela maioria dos óbitos de jovens em acidentes de trânsito.

Dados de pesquisa nacional domiciliar realizada em 2001 nas 107 maiores cidades do país são muito próximos aos obtidos na pesquisa da Fundação Perseu Abramo. Na faixa etária de 12 a 17 anos, apenas 3,5% declararam ter usado maconha; para aqueles que estavam entre 18 e 24 anos os índices foram de 9,9%. O uso de cocaína ainda é menos freqüente, pois, entre os mais jovens (de 12 a 17 anos), apenas 0,5% confirmaram o uso, e, entre aqueles que estavam na faixa de 18 a 24 anos, os índices estiveram em torno de 3,2%. Vale a pena ressaltar que os dados nacionais coletados considerando a população total, mostram que, em relação a outros países, quanto ao uso da maconha, por exemplo, o Brasil esteve próximo da Colômbia e da Alemanha, mas bem abaixo dos Estados Unidos, da Holanda, do Reino Unido, da Espanha e da Dinamarca.

Lazer

Para os jovens metropolitanos sujeitos da pesquisa, o lazer consiste, sobretudo, em sair com os amigos, assistir à televisão e ir a danceterias, bares e restaurantes. A ida a *shopping centers* aparece como a atividade realizada com maior freqüência nas grandes cidades. No entanto, um dado importante da pesquisa realizada com jovens da cidade do Rio de Janeiro indica que, ao declarar o que fizeram no final de semana anterior à pesquisa, 49% afirmaram ter permanecido em sua própria casa vendo televisão, ouvindo rádio ou lendo livros. Para os jovens entrevistados, essa alternativa está longe de ser a forma de lazer ideal para o fim de semana.

As dificuldades de acesso ao lazer também se observam na pesquisa sobre o Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional (lnaf, 2003). Entre os jovens com 15 a 24 anos, 54% declararam que nunca vão ao cinema e 76% nunca vão ao teatro. Os shows parecem ser mais acessíveis aos jovens, uma vez que 71% declaram ir sempre, às vezes ou de vez em quando.

Perspectivas para o futuro

Os jovens pesquisados pela Fundação Perseu Abramo apresentaram-se, em 1999, predominantemente otimistas quanto ao seu futuro pessoal, embora esse otimismo decresça nos segmentos sociais com renda mais baixa. Acreditavam que, com o esforço pessoal promoveriam a melhoria das suas condições de vida, reiterando o imaginário liberal em torno da importância do êxito individual. No entanto, naquele período, demonstravam-se mais pessimistas diante do futuro do país. Mas a confiança no futuro pessoal era permeada por certa insegurança, pois, ao examinar a frase “o futuro traz mais dúvidas que certezas”, 53% concordaram totalmente e 26%, em parte, com a afirmação.

Um dado importante, capaz de retratar os modos de vida de jovens moradores de grandes cidades, é manifestado pelos jovens da cidade do Rio de Janeiro: somente 5,4% declararam não ter qualquer tipo de medo. Apesar da variedade de manifestações desse sentimento (6,8% declararam medo da solidão, por exemplo), a grande maioria localizou-os “na vida, em tempo real”. Novaes e Mello (2002) identificaram dois blocos nítidos do sentimento de medo: “Analisando o conjunto das respostas, podemos dizer que no ‘medo da morte’ se expressam várias características da insegura vida urbana atual e no ‘medo do futuro’

expressam-se, mais uma vez, os sentimentos de uma geração que se defronta com um mercado de trabalho restritivo e mutante".

Política

A pesquisa nacional da Fundação Perseu Abramo observou uma situação intermediária entre os jovens: não há uma adesão irrestrita às formas tradicionais de participação, mas também não há nenhum grau absoluto de desinteresse. Nos assuntos de maior motivação para a discussão, a política apareceu em sétimo lugar. A crítica à política parece estar mais radicada nos atores que no processo político *stricto sensu*. No entanto, os temas sociais sempre apareceram com muita freqüência no campo de interesses dos jovens, particularmente o desemprego, a educação, o racismo, a cultura e as questões ligadas ao meio ambiente.

As formas tradicionais de participação no sistema escolar – como o movimento estudantil - são muito pouco mobilizadoras, pois apenas 4% dos que estudavam participavam ativamente de agremiações estudantis. Entre os jovens que trabalhavam, só 3% mantinham algum vínculo com os sindicatos. Isso não só significa uma resistência a esse tipo de participação, mas é expressão também dos baixos índices de empregos formais atingidos pela esfera de ação dos sindicatos.

Cultura

No Brasil, a emergência de movimentos culturais tem sido objeto de investigação, desde final dos anos 1980, com o arrefecimento das formas tradicionais de militância juvenil. Os principais estudos realizados até agora indicam que a diversidade de formas de manifestação – estilos musicais variados, do *rock* ao *rap*, passando pelos ritmos de origem africana e pelo *funk*, a dança, as artes plásticas, o teatro, os esportes, entre outros – não impede, no entanto, a identificação de alguns traços comuns: o desenvolvimento da auto-estima e de atribuições positivas no processo de construção da identidade; a mobilização para uma presença diferençada nos espaços públicos; o estímulo às formas coletivas de ação e de solidariedade no âmbito de sociabilidades fragmentadas e desagregadoras; o surgimento de conflitos sociais em torno dos direitos da população jovem e de políticas públicas voltadas para esse segmento.

A pesquisa da Fundação Perseu Abramo com os jovens metropolitanos também investigou outras formas de participação e, mesmo não atingindo a maioria dos jovens, elas são bastante freqüentes: 22% afirmaram ter algum tipo de participação em grupos próximos do local onde moram, sendo preferidos os grupos religiosos, seguidos pelos grupos musicais.

Exclusão

Finalizando esse perfil, é preciso admitir que os processos de exclusão que afetam os jovens brasileiros são múltiplos e precisam ser considerados em sua complexidade. O próprio termo "exclusão" passa a ser tratado na acepção de Castel, como um *mot valise*, que pode designar situações e processos sociais de natureza diversa. A partir de uma crítica ao próprio termo, para além da possível utilidade política e social de seu emprego, Martins (1997) acredita que há uma certa "fetichização" do uso e certo reducionismo interpretativo. Para esse autor, há uma tradição de reflexão latino-americana

que trabalha sociologicamente a questão muito mais em termos de processos de exclusão, o que provoca a integração precária e subalterna e modos de marginalização, do que um fenômeno estático como em geral tem sido tratado atualmente.

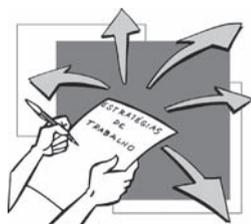
As novas desigualdades no país se sobrepõem aos processos mais arcaicos ainda não superados, que caracterizariam a velha exclusão social. Definida pela baixa escolaridade, pela privação absoluta e pela falta de acesso à terra, a velha exclusão convive com os fenômenos da nova exclusão social, radicada nas periferias dos centros urbanos. As novas desigualdades seriam decorrentes do desemprego por longos períodos ou da falta de acesso ao trabalho, em decorrência da maior elevação da escolaridade e da formação profissional. Assim, a nova desigualdade ocorre em situações de ausência de mobilidade social ascendente, atingindo, sobretudo, os jovens das cidades.

Nesse sentido, apesar de alterações importantes nos últimos anos, as desigualdades entre os sexos persistem, principalmente no mercado de trabalho, mesmo com a elevação da escolaridade do grupo de mulheres jovens. Os efeitos da discriminação e do preconceito racial que afetam a população negra no país são visíveis entre os jovens, exprimindo mais uma das faces da desigualdade, que se sobrepõem e são acentuadas ainda mais pela diversidade de desenvolvimento das várias regiões brasileiras.

As formas de exclusão social – antigas e novas – convivem, mesmo que de modo contraditório, com mecanismos de inclusão cultural, apesar de precária e subordinada, por meio do acesso ao consumo, às informações e aos conteúdos da indústria cultural de massa. No entanto, a tradição reflexiva latino-americana precisa ser recuperada, pois, como afirma Martins (1997), ao tratar a exclusão como resultado único da sociedade atual. O "pensamento social eliminaria a possibilidade de considerar que o mesmo processo excludente gera e põe em movimento a interpretação e a crítica da vítima". Ou seja, trata-se de um processo que nasce no interior de um conflito e pressupõe a possibilidade de a vítima – o excluído, e, nesse caso, podem-se incluir parcelas importantes dos jovens brasileiros, tornar-se sujeito de práticas que a contestem.

Essas questões são extremamente importantes para qualquer análise sobre os jovens no Brasil, pois esses segmentos têm manifestado novas capacidades de ação e de crítica ao modelo social atual, mesmo vivendo em situação excludente.

Referências

MARTINS, J. S. *Exclusão Social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
NOVAES, R. R. Juventudes cariocas: mediações, conflitos e encontro culturais. In: VIANNA, H. (Org.). *Galeras cariocas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

Sugestões de estratégias de trabalho

Trabalho, violência, drogas, lazer, política, perspectivas de futuro e cultura são as temáticas tratadas no texto de Marília Sposito e que fornecem um bom retrato da situação das juventudes brasileiras e dos processos de exclusão, novos e antigos, a que são submetidos os jovens. Com a leitura e discussão desse texto, no Fórum Escolar de Ética e de Cidadania e nas salas de aula, pretende-se promover, na escola e junto à comunidade, uma maior conscientização dos problemas e perspectivas da juventude, e propor ações e projetos que ajudem na transformação da realidade, em direção à diminuição das desigualdades e exclusões.

Vejamos algumas sugestões de projetos e atividades que podem ser desenvolvidas a partir das idéias contidas no texto.

△ **Na reunião do Fórum:**

Conhecer a realidade dos jovens da sua escola e da comunidade onde ela está inserida pode ser um bom caminho para se atingir os objetivos do *Programa Ética e Cidadania*, de fortalecimento do protagonismo juvenil. A reunião do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania pode apontar, nesta direção, para um projeto amplo, envolvendo toda a escola e outras entidades e instituições da comunidade onde há convivência entre jovens.

O ponto de partida pode ser a montagem de um quadro (em cartolina ou transparência, por exemplo) contendo os principais dados apontados no texto acima. Esse quadro pode ser disponibilizado em um mural da escola ou poderá ser feita uma cópia para cada um dos membros do Fórum. Esses dados podem ser complementados com dados da pesquisa original da Fundação Perseu Abramo, que podem ser obtidos na internet *(http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1484)*, ou por dados coletados em outras pesquisas da mesma instituição sobre a juventude *(http://www.fpabramo.org.br/portal/)*.

Após discussão dos dados mais significativos do texto e do quadro citado, o Fórum pode assumir a responsabilidade de reproduzir a referida pesquisa no entorno de sua escola,

com o duplo objetivo de melhor conhecer a realidade de seus alunos e alunas e promover comparações com a realidade nacional, visualizada nas nove cidades pesquisadas.

A pesquisa e seu instrumento podem ser adaptados à realidade concreta da comunidade onde a escola está inserida, pois o importante será investigar o que faz e o que pensa a juventude, nela matriculada. Assim, trabalho, violência, drogas, lazer, política, cultura e perspectivas de futuro dos jovens podem ser os temas desenvolvidos no trabalho, envolvendo toda a escola e todas as turmas.

Na reunião do Fórum pode ser montada uma comissão que irá estabelecer os contatos necessários entre a direção, docentes, grêmio estudantil, lideranças comunitárias, movimentos sociais de jovens, comerciantes do bairro e profissionais de outras instituições públicas e do terceiro setor, possíveis parceiros do projeto. Esses contatos têm como finalidade, além de obtenção de apoio institucional, viabilizar o desenvolvimento da pesquisa.

△ **Nas salas de aula:**

Como em outros projetos propostos no âmbito do *Programa Ética e Cidadania*, o desenvolvimento específico das ações deve ser assumido pelos(as) estudantes, sob orientação dos(as) docentes da escola. Assim, é possível fortalecer a participação dos(as) estudantes em ações que lhes dizem respeito e, ao mesmo tempo, dar um novo significado às atividades acadêmicas da escola.

Para isso, cada turma, participante do projeto, deve assumir o estudo e a pesquisa de uma das temáticas propostas pelo Fórum: trabalho, violência, drogas, lazer, política, cultura e perspectivas de futuro dos jovens. Por um lado, a pesquisa deve envolver, como sujeitos, o(a)s próprios(as) estudantes da escola de forma a registrar e sistematizar a realidade dos jovens que ali convivem cotidianamente. Por outro lado, é importante não ficar restrita ao universo escolar, buscando dados na realidade externa junto a pessoas que já saíram da escola ou que a abandonaram, trabalhadores na faixa de 15 a 25 anos e pessoas que lidam, rotineiramente, com jovens em espaços públicos e privados do entorno.

Como sugerido anteriormente, a coleta de dados desse trabalho deve ser feita por meio de entrevistas e observações, através de instrumentos abertos ou fechados, que podem ser obtidos em outras pesquisas semelhantes.

Dependendo do nível de envolvimento da direção e do corpo docente, a escola pode incorporar a pesquisa no próprio projeto pedagógico da instituição, trabalhando seus conteúdos e temáticas nas diversas disciplinas curriculares da escola, na tabulação dos dados, na produção dos textos, cartazes e relatórios e na análise dos dados e da realidade investigada.

Todo o movimento, organizado pelo Fórum, pode ser concluído com um "Seminário da juventude", quando a escola dedicará um dia inteiro a essa temática e à consolidação dos estudos feitos. Para esse evento podem ser convidadas instituições universitárias da cidade, representantes do mundo empresarial, profissionais que lidam com a juventude em seus diversos segmentos e desafios para debaterem os resultados da pesquisa e apontarem caminhos para os jovens da sua comunidade específica. Nesse mesmo dia pode ocorrer um "Festival cultural", em que as diversas juventudes se expressem e tornem públicos seus projetos e ações, por meio de música, teatro, dança, grafite e outras formas de expressão.

A pesquisa, junto com o Seminário e o Festival, além de procurar dar visibilidade ao que já existe e que, muitas vezes, passa despercebido aos professores(as), membros da comunidade e aos próprios colegas, deve servir de incentivo para que outras pessoas se integrem nos movimentos de jovens ou criem novos projetos e ações.

Direitos Humanos

Juventude, sonhos, desejos e realidade

Protagonismo juvenil

Com o curta-metragem *Dadá*, pretende-se discutir os sonhos e desejos de vida e de realização pessoal e profissional dos jovens, a partir da história de três jovens moradores do Morro do Vidigal, na cidade do Rio de Janeiro. Enfrentando, ao mesmo tempo, a gravidez da personagem Dadá, de 16 anos de idade, os três amigos discutem as dificuldades e contradições de quem vive na favela, tendo como meta tornarem-se atores profissionais.

Jonathan, Thaísa e Jésus são os três atores que participam da produção do curta-metragem, representando Dilson, Dadá e Denis, três personagens fictícios e amigos inseparáveis. Como pano de fundo para ficção e realidade, o morro do Vidigal.

Na sala de aula, esse vídeo pode trazer boas possibilidades de discutir a vida, as lutas cotidianas e os sonhos de jovens à margem da inclusão social.

Dadá

Gênero: Documentário, Ficção
Diretor: Eduardo Vaisman
Elenco: Gutti Fraga, Jésus Lino, Jonathan Haagensen, Luciana Bezerra, Patrícia Bárbara, Thaísa Medina
Ano: 2001
Duração: 15 min
Cor: Colorido
País: Brasil.

Ficha Técnica

Produção: Eduardo Vaisman, Ailton Franco Jr., Flavia Lins e Silva. **Fotografia:** Marcelo Guru Duarte. **Roteiro:** Flavia Lins e Silva. **Edição:** Ana Teixeira. **Som Direto:** José Moreau Louzeiro. **Empresa Produtora:** A.R. Produções. **Produção Executiva:** Ailton Franco Jr.

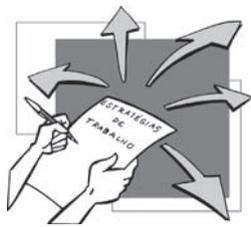
Prêmios

Prêmio do Ministério da Cultura no É Tudo Verdade - Festival Internacional de Documentários 2002
Melhor Curta no FAM - Florianópolis Audiovisual Mercosul 2003

Melhor Curta no Festival de Cinema Luso brasileiro de Santa Maria da Feira 2002
Melhor Curta - Júri Popular no Festival do Rio BR 2002
Prêmio da ABD&C no Festival Internacional de Curtas do Rio de Janeiro - Curta Cinema 2002
Melhor Curta no Festival Internacional de Havana 2002
Melhor Documentário no Toronto Worlwilde Short Film Festival 2002
Melhor Documentário em Curta-metragem no Festival de Cinema e Vídeo de Curitiba 2002

Site onde o filme pode ser encontrado

http://www.portacurtas.com.br/Filme.asp?Cod=1474

www.mec.gov.br/seb

Sugestões de estratégias de trabalho

Para trabalhar as idéias do curta-metragem *Dadá*, propõe-se o desenvolvimento de uma ou mais atividades em sala de aula, após o grupo ter assistido ao vídeo e realizado um debate introdutório sobre possíveis identificações entre suas vidas e a vida dos jovens protagonistas, seus sonhos e dilemas.

Se achar conveniente, o(a) professor(a) ou a turma podem decidir que a discussão se expanda, trazendo para o centro das atenções algumas temáticas fundamentais do curta como a gravidez da jovem; sua postura e a dos rapazes em relação a esse fato; o papel do tráfico de drogas na vida daqueles jovens; o papel da educação nas suas vidas e como entendem que o roteiro do curta-metragem se conecta com temáticas de direitos humanos.

Como atividade principal, a sugestão é que se realize uma dinâmica chamada *Exercícios Autobiográficos*. Essa técnica permite que os sujeitos, ao refletirem sobre o passado, possam refazer e dar um novo sentido ao presente, projetando um futuro que incorpore as experiências pregressas e atuais. De acordo com Josep Puig em seu livro *Ética e Valores* (Casa do Psicólogo, 1998, p.45), os exercícios autobiográficos “orientam-se para a elaboração da identidade pessoal enquanto história da própria experiência vital”.

Dessa maneira, se a atividade for entendida como uma experiência cultural individual e coletiva, a reflexão sobre aspectos passados, presentes e futuros da vida dos jovens pode ajudar alunos e alunas a tomarem consciência de seus próprios sentimentos, emoções e valores. Isso contribui para seu desenvolvimento pessoal, com reflexos na vida comunitária.

Para desenvolver a atividade o(a) professor(a) elege um tema, como “Direito ao trabalho dos jovens em nossa comunidade: passado, presente e futuro”, ou “Direito ao lazer para os jovens em nossa comunidade: passado, presente e futuro”. Pode pedir que, individualmente, cada estudante faça uma dissertação sobre o tema. Ou então, dividindo a turma em seis grupos, pede que dois grupos façam a discussão sobre o passado, dois grupos sobre o presente e dois grupos sobre o futuro.

O próximo passo consiste na socialização das idéias e experiências. Se a atividade foi iniciada com produções individuais, pede-se que, voluntariamente, algumas pessoas leiam

suas dissertações. Se a atividade foi em grupo, cada grupo expõe sua visão aos colegas. Na seqüência, promove-se uma discussão sobre possíveis articulações entre passado, presente e futuro, garantindo que sejam apontadas as perspectivas futuras de garantia do direito aludido e, se for o caso de apresentação de perspectivas negativas, que os estudantes apresentem propostas de transformação da realidade vislumbrada.

Com atividades como essa, têm-se o duplo objetivo de ajudar os jovens na tomada de consciência de seus direitos e da realidade no que diz respeito ao tema estudado, em sua comunidade, e, ao mesmo tempo, de colocá-los no papel de agentes que têm o objetivo de promover transformações adequadas aos interesses pessoais e coletivos. Esse tipo de atividade pode ser desenvolvida regularmente, em outras ocasiões, a partir de outras propostas pedagógicas e sobre as mais diversas temáticas de direitos humanos.

Direitos Humanos

"Causos do ECA"

Protagonismo juvenil

A seguir são apresentadas dez diferentes experiências, que têm, pelo menos, dois aspectos em comum: ocorreram no ambiente escolar e tiveram os membros da comunidade escolar como agentes fundamentais na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. De um modo ou de outro, todas elas também utilizaram o ECA como instrumento de aplicação da cidadania no contexto escolar.

As singularidades dos relatos e os temas neles presentes – protagonismo juvenil, educação inclusiva, parceria entre escola e conselho tutelar, mobilização política de jovens na escola, e etc. – dão visibilidade às inúmeras configurações que as prática de cidadania podem tomar no contexto escolar. De suas leituras e discussões nas reuniões do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania devem emergir propostas de ações que fomentem valores éticos como solidariedade, generosidade, respeito e etc.

Das dores da vida

Cirlene Maria Vilas Boas Cunha
Salvador, BA

Das dores da vida entende Viviane, menina sofrida, marcada pela vida. Por isso, deixa que eu conto...

Sua luta começou cedo por pura teimosia, disse-me certa vez sua mãe, que tentou livrar-se dela antes mesmo que nascesse. Mas ela insistiu e já veio ao mundo com o medo registrado em suas células e em sua memória.

Desde pequena andou pelo mundo feito cão sem dono. Rejeitada pela mãe, pelo pai, pelos avós e pelo resto do mundo. Sem leite, sem colo, sem alternativas.

O pior de tudo é descobrir que a fome é pouco diante da crueldade, da indiferença e do preconceito.

“Não existe razão”, pensava ela, para existir assim.

Tudo lhe havia sido negado. Apesar disso, algo fez-lhe seguir adiante. Graças à sua sofreguidão, nunca arrefeceu. Não fosse ela determinada, toda a sua vida teria sido vã. Mas não foi bem assim.

Foi seguindo adiante, dominada pelo fascínio de descobrir até onde podia agüentar e o quanto pôde superar. Pelo orgulho de ser uma sobrevivente.

Cursando a quinta série na escola onde leciono, vi, no começo do ano letivo, um "bichinho" assustado, acuado no fundo da sala. De olhos tristes, mas expressivos e observadores, não participava, não interagia, quase não fazia as atividades. Não faltava às aulas, embora tivesse enorme dificuldade com o conteúdo das disciplinas. Imediatamente, percebi que precisava me aproximar dela, conquistar sua confiança e seu respeito.

Procurei dar-lhe aquilo que nunca ninguém havia dado: atenção e carinho.
Aos poucos, Viviane foi ganhando confiança em si mesma. Foi "desabrochando". Passou a sentar-se na primeira fila e a fazer as tarefas, e em pouco tempo tornou-se uma das melhores alunas da escola.

Como Viviane, muitos alunos da rede pública têm a sua auto-estima abalada pela dureza da vida que a maioria deles leva. Isso reflete-se no baixo rendimento escolar, no mau comportamento, na evasão... No fracasso escolar, enfim.

Poucos deles têm a consciência dos seus direitos enquanto cidadãos, crianças ou adolescentes.

Procurando interferir nessa realidade, trabalho muito em sala de aula, temas ligados à cidadania e aos valores humanos. Desde os primeiros dias de aula, passo a idéia da educação como um direito e que, portanto, eles precisam exigir o melhor deles mesmos e da escola, dos professores, do sistema...

Infelizmente muitos "educadores" da rede pública, por conta dos baixos salários, não oferecem o melhor de si no exercício da profissão. Faltam muito, atrasam, não capricham nas aulas...

Com os meus discursos em sala de aula, os textos que trabalho, as dinâmicas e, sobretudo, com a minha prática fundamentada no meu propósito de dar o meu melhor para os meus alunos, tenho conseguido despertar-lhes o sentido da cidadania. Eu os apoiei na formação de um grêmio que se tornou atuante, também no sentido de se manifestar contra educadores faltosos, incompetentes, injustos etc.

Como era de se esperar, os que "vestiram a carapuça" incomodaram-se e começaram a tentar minar o grêmio – tentaram desativá-lo e não só conseguiram porque nos fundamentamos e nos apoiamos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que, no artigo 53, garante ao aluno o seu direito de contestar critérios e atitudes do corpo docente, quando ele se sentir prejudicado.

O grêmio continua atuando firme e forte lá na escola.

No natal passado, recebi uma cartinha de Viviane, onde ela me perguntava o que poderia fazer para me retribuir o trabalho que fiz com ela, ao que lhe respondi: sendo feliz e, sempre que possível, passando a diante a mensagem de que uma educação de qualidade garante a dignidade e é um direito de toda criança e adolescente.

O texto acima foi extraído do livro *Causos do ECA*: Histórias em Retrato - O Estatuto da Criança e do Adolescente no Cotidiano, produzido pelo Portal Pró-menino/RISolidaria (www.promenino.org.br), de iniciativa da Fundação Telefônica.

Aprendizagem do ECA

Edilaine Vieira Lopes
Novo Hamburgo, RS

Foi em 2003, ou melhor, março de 2003. Eu acabara de sair do magistério e estava encarando meu primeiro desafio como educadora: meu estágio! Estava em uma humilde escola municipal, próxima à minha casa, onde estudei até a quarta série, e agora dividia espaço com meus antigos (e finalmente colegas) professores.

A segunda série, turma na qual desenvolvi vários projetos durante o estágio, era encantadora! Crianças pobres e simples, mas que, ao final de cada aula, ajudavam-me a carregar os livros e as caixas de leitura até minha casa, a duas quadras da escola. Todas aquelas crianças eram especiais para mim. Mas havia um menino, de apenas oito anos, baixinho, magro, quase desnutrido, amarelinho e de roupas rasgadas, que mexeu muito comigo. Eu sabia que outro motivo trazia-o à escola, além do estudo: a fome. Bastava vê-lo chegar e tomar com vontade seu copo de leite com pão, presenciar sua terceira repetição diária de feijão ou polenta com molho durante a merenda ou apenas acompanhar sua triste volta para casa, com uma banana ou uma laranja na mão.

Eu já havia estudado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) inteirinho durante o magistério. Sabia que me depararia com casos em que crianças são maltratadas ou abnegadas de seus direitos. Só não sabia que seria assim, tão traumático, como foi no meu estágio.

Um dia cheguei à escola, como de costume, cedo da tarde, logo após o almoço. Para minha surpresa, lá estava ele: o meu aluno! Logo naquele dia de chuva, com a temperatura caindo dois graus a cada hora, ele resolveu ir à aula... Que milagre! Nunca ia quando chovia muito, pois tinha poucas roupas e apenas um tênis velho e rasgado que a família "sorteava" entre os cinco irmãos durante a semana de chuva, fazendo com que cada um deles fosse num dia da semana, pelo menos para garantir a comida que ganhavam da escola.

"Estudar pra quê?", como eles mesmos falam por lá. É costume mandar os filhos para ganhar o que comer e voltar para casa de estômago cheio. O que não ocorria em semanas de chuva, mas naquele dia, sim.

Aproximei-me e perguntei:
– Veio à aula hoje, Samuel? Não está com frio, só de chinelos?

De cabeça baixa, mal me olhou e respondeu rapidamente, desviando de minha direção, o que não era de costume:

– É, meu irmão também veio, tá com meu tênis, "sora".

Quando virou seu rosto, vi seu olho inchado, roxo, e não me contive:

– O que houve com seu olho?

Silêncio.

– Nada, não, sora, eu caí no banheiro.

Eu sabia que a humilde casa, que mal abrigava todos os irmãos juntos em um único cômodo, não tinha banheiro grande, a ponto de se cair num tombo. Mas respeitei seu silêncio e fomos para a sala de aula. Lá, o inevitável. Bateram na porta:

– Vim buscá meu filho. Ele vai voltá pra casa.

– Não vô! Quero ficá.

– Tá frio, vamo embora, eu tô mandando.

Apavorada com a mãe de olho roxo, gritando com o filho na porta, deduzi que ela não podia ter caído no banheiro também... Na tentativa de me tranqüilizar, os colegas de Samuel falaram:

– Xiiii! Acho que eles vão fugir de novo...

– Fugir de quem? Por quê? – perguntei apavorada.

– Do pai, ué? Ou a senhora não sabe que ele é bebum? Chega em casa e bate na mulher. Daí, sobra pro Samuel também.

Imediatamente, procurei a coordenação pedagógica, que me disse ser comum essa atitude também em outras famílias de alunos da escola.

No outro dia de manhã, inconformada, fui até a casa de Samuel e, para minha surpresa, encontro a irmã mais velha, que não me diz para onde levaram meu querido e indefeso aluno. Pergunto pelo pai. Ela desconversa, diz que não está. Escuto barulhos na casa. Em tom de advertência, menciono o ECA, dizendo que os direitos de Samuel estavam sendo desrespeitados e que acionaríamos as autoridades caso ele voltasse à escola com vestígios de agressão.

Passaram-se alguns dias. Era uma manhã fria, tipicamente gaúcha. Daquelas em que acordamos cedo, só para ficar comendo pinhão e tomando chimarrão à beira do fogão à lenha. Fui à escola e lá encontrei Samuel, acompanhado do pai, que me disse:

– Obrigado por cuidá do meu filho.

Sem palavras e tomada de ódio, ouvi Samuel, ainda com um tom roxo em torno dos olhos, contar que seu pai arrependera-se e fora procurar ajuda em um grupo de apoio, o qual lhe estava aconselhando a preservar os direitos da sua família e dos seus filhos.
Sem o ECA, eu não teria subsídios nem coragem de ir até aquele barraco falar com aquela gente... Mas fui, confiante na força desse poderoso Estatuto. Hoje, continuo lecionando, numa situação social um pouco diferente, em outra escola. Contudo, certas vezes, ainda me deparo com casos de abusos, para isso, não hesito: puxo o meu ECA do bolso e aponto, como se fosse um cartão vermelho na mão de um juiz em final de Copa do Mundo!

O texto acima foi extraído do livro *Causos do ECA*: Histórias em Retrato - O Estatuto da Criança e do Adolescente no Cotidiano, produzido pelo Portal Pró-menino/RISolidaria (www.promenino.org.br), de iniciativa da Fundação Telefônica.

O ECA em Samambaia

Luciana Gonçalves de Souza

Samambaia Sul, DF

Samambaia é uma região administrativa do Distrito Federal e está localizada a 25 quilômetros de Brasília. Essa região surgiu a fim de suprir a ausência de habitações para famílias de baixa renda no Distrito Federal. Apesar do título de "região administrativa", Samambaia surgiu com imensos problemas de infra-estrutura, habitação e educação, que até hoje persistem. Desde 1985, a região tem crescido, a população tem aumentado e o estado continua não acompanhando a demanda. Hoje, Samambaia ainda apresenta problemas de infra-estrutura, habitação, saúde e educação, trazendo grandes dificuldades de sobrevivência e de melhoria da qualidade de vida para a grande população jovem da comunidade, que, atualmente, é o maior contingente populacional da região.

É nessa comunidade que Arthur nasceu. Com dez anos, o garoto é o penúltimo de quatro filhos de dona Maria, uma mulher trabalhadora, diarista por falta de opção e que, não muito diferente de outras mães da comunidade, sente muitas dificuldades na criação dos meninos, o que fez com que , entre outros motivos, entregasse os dois mais velhos ao pai. Arthur é irmão das outras três crianças apenas por parte de mãe. Conheceu seu pai um pouco tardiamente – aos cinco anos –, mas logo teve que substituir a presença paterna pela do namorado da mãe, pai de seu irmão mais novo e marido de sua vizinha de rua.

Talvez essa realidade familiar e o contexto em que Arthur morava justificassem para a vizinhança o ar rebelde e violento que o norteava e que fazia com que a comunidade escolar sentisse medo dessa criança franzina e baixinha. Seu vocabulário interminável de palavrões e a força de seus pequenos braços e pernas faziam com que qualquer tentativa de diálogo fracassasse. Sua irritação diante de um exercício fazia com que seus colegas de sala também sofressem com sua ira. As surras recebidas de sua mãe talvez pudessem trazer a alguns profissionais a resposta do seu ar rebelde e do seu envolvimento com as drogas, ora como "aviãozinho" (atividade em que o garoto transporta a droga até o comprador), ora como usuário curioso da maconha e da cola.

A escola e todo o corpo de educadores sociais, a partir desses acontecimentos, sentiam-se acuados. Estavam, portanto, diante de um desafio. Desafio que trazia consigo vários caminhos e soluções. O convite para o menino retirar-se da escola seria o jeito mais rápido, simples e fácil. Seria até bom para a escola, pois findaria também os problemas com os outros pais de alunos em relação a Arthur. O rótulo de menino problemático seria uma outra opção, pois, dessa forma, os educadores não teriam de se preocupar com uma criança que "não tem mais jeito". Bastaria contornar as brigas e esperar seu tempo de sair da escola. Outro caminho seria reconhecer a limitação da escola e dos educadores sociais diante daquele aluno. Percebíamos que, muitas vezes, na rotina da escola, algumas atitudes não condiziam com o ambiente profissional dos professores, e que os deveres de criança, cobrados dos alunos, eram sobrepostos aos direitos garantidos na Constituição Federal.

O desconhecimento dos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por parte da comunidade escolar fazia com que o caminho da educação parecesse cada vez

mais distante da proposta educativa, cujo pressuposto é o desenvolvimento integral da criança. O distanciamento de tal instrumento tornava a escola uma instituição isolada, desamparada e despreparada para lidar com situações como essa. A partir dessa reflexão, pudemos perceber a necessidade de conhecer o ECA e de desenvolver o despertar, a sensibilidade e a conscientização de alunos e professores sobre seus direitos e deveres. Conhecer o que está escrito é importante, mas não suficiente. Era preciso também vivenciar e incorporar em nossas vidas os deveres de cidadãos, permitindo o fortalecimento dos direitos e dos deveres da criança, da família e da comunidade, para, dessa forma, exercer uma educação integral visando à formação de cidadãos. O Estatuto foi um grande avanço na proposta de uma educação em que crianças e adolescentes são considerados seres humanos em desenvolvimento e sujeitos de direitos e deveres, além de colocar a família, a sociedade e o estado como parceiros e co-responsáveis pela prioridade absoluta do desenvolvimento integral e da proteção às crianças e aos adolescentes. Dar ao Estatuto a mesma importância que à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) na nossa escola foi imprescindível para a escolha do caminho para a situação de Arthur. De posse do ECA, a escola encaminhou a criança e a família para o Conselho Tutelar de Samambaia, onde foram acolhidos e orientados, o que ajudou até mesmo a desmistificar para a comunidade escolar o papel punitivo e de "tirador de criança da família" que rondava os Conselhos Tutelares. Arthur foi encaminhado a medidas protetivas. Seu pai, bem como sua família paterna, foram acionados para o cumprimento de suas responsabilidades, e dona Maria recebeu orientações sobre seus direitos e deveres de mãe e de autoridade. A escola, por sua vez, elaborou dois projetos: *Conhecendo seus Direitos para Fortalecer seus Deveres*, para os alunos de primeira a quarta série, e *Conhecendo o Estatuto da Criança e do Adolescente*, voltado para as famílias.

Hoje, seis meses depois, podemos afirmar que aquele menino que "não tinha mais jeito" está mudando de atitude na escola . A comunidade também tem relatado melhoria em seu comportamento. A mãe de uma aluna da escola, professora de uma creche da região, chegou a convidar Arthur para ficar em sua casa após as aulas para que estudasse e fizesse as lições. Acreditamos que, com o trabalho em rede – escola, Conselho Tutelar e Ministério Público – e direcionados pelo ECA, estamos colaborando para o fortalecimento dos direitos e dos deveres de forma consciente e prática.

O texto acima foi extraído do livro *Causos do ECA*: Histórias em Retrato - O Estatuto da Criança e do Adolescente no Cotidiano, produzido pelo Portal Pró-menino/RISolidaria (www.promenino.org.br), de iniciativa da Fundação Telefônica.

Em Águas Claras, o ECA ecoou

Eunice Paz Gonçalves Santos

Turmalina, MG

Como em quase toda cidadezinha do interior, em Águas Claras não é diferente. Convivemos com jovens, crianças e adolescentes que andam em turmas, estudam (ou, pelo menos, comparecem à escola), têm sonhos, namoram e estão à procura de um rumo novo para suas vidas.

No mundo inteiro, temos assistido ao espetáculo de completa desumanização do homem. As drogas, as guerras, a violência e a ambição desmedida têm descaracterizado o ser humano, tornando-o presa de falsos valores.

Vemos que não existem muitas alternativas. Porém, com a esperança brotando do coração, é que as escolas de Águas Claras resolveram se juntar e expandir o projeto *O Eco do ECA* para todos os cantinhos do município, na tentativa de resgatar o que é essencial a todo ser humano: sensibilidade para conviver e respeitar o outro, assumindo o papel fundamental da escola de formar o cidadão ético, harmonizado com o seu tempo e com o seu meio.
E assim aconteceu. Todos os educadores de Águas Claras juntaram-se. O ânimo foi crescendo, a vontade de acreditar não nos faltava, desprendemo-nos completamente e suscitamos acontecimentos que, mesmo pequenos, engendraram novos espaços e tempos, criando uma nova história.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi divulgado em 20 comunidades rurais e urbanas do município por meio de concursos de teatro, música e produção de textos. Grupos ambulantes entravam na escola, promoviam palestras com pais e debates com os alunos. Como temática, tivemos as histórias cultural e regional de várias gerações, promovendo os direitos e os deveres assegurados pelo ECA, ritmados num caráter multiplicador pelas famílias que acreditavam e compartilhavam do nosso sonho.

O desafio estava lançado, fomos convocados a ampliar os horizontes. Com o desenrolar do projeto, novos parceiros foram surgindo. Crianças de zero a seis anos de idade, num total de 572 atendidas por nove creches municipais, ouviram o ECA ser cantado. De forma crítica, reflexiva e lúdica, o recado foi dado.

Como Águas Claras está situada numa região extremamente carente, no Vale do Jequitinhonha, boa parte das famílias dos alunos envolvidos no projeto era atendida por programas governamentais. Há dificuldades diversas, e nas escolas desembocam problemas como desestrutura familiar, uso de drogas lícitas e ilícitas, gravidez precoce, criminalidade, evasão e repetência escolares , violência doméstica, exploração do trabalho infantil, baixa auto-estima, indisciplina escolar e enfraquecimento da ética nas diversas relações humanas.

Fomos todos contagiados pelo trabalho em rede e, no embalo do sonho, visando à divulgação do Estatuto, os conselhos municipais juntaram-se às escolas e às creches, e nossa identidade cultural como contraponto espalhou-se, como numa onda de valorização do homem.

Os resultados desse trabalho para a comunidade foram observados pela apropriação do conhecimento de casos vivenciados pelas crianças e adolescentes que contrariavam o ECA. Cada caso foi registrado e cuidadosamente tratado pelos envolvidos no projeto. A comunidade não assistiu de braços cruzados aos tantos casos de maus-tratos, fome, banalização, falta de compromisso com a escola, assédio sexual, suicídio de jovens, depressão e tantos outros que afligiam as famílias de Águas Claras.

Programas semanais na rádio comunitária local aconteceram, informando o que é o ECA e divulgando os trabalhos realizados nas comunidades e nas escolas da região. Por meio do Projeto executado, tivemos a oportunidade de nos comprometer com uma vivência real do ECA como eixo transformador, articulador, constituinte na formação de crianças

e adolescentes que poderão vislumbrar um futuro, vivenciando a ética como elemento básico para uma organização social pelo bem comum.

Hoje, o ECA continua ecoando em Águas Claras. O sonho de ver nossos meninos do Vale do Jequitinhonha bem assistidos ainda nos faz caminhar. Mesmo que, às vezes, caminhemos dez passos e o horizonte continue 20 passos distante... Então, percebemos que nosso sonho serve para nos fazer caminhar muito mais, acreditando sempre que juntos poderemos fazer o ECA ecoar e nossa história mudar!

O texto acima foi extraído do livro *Causos do ECA*: Histórias em Retrato - O Estatuto da Criança e do Adolescente no Cotidiano, produzido pelo Portal Pró-menino/RISolidaria (www.promenino.org.br), de iniciativa da Fundação Telefônica.

E agora, José?

José Alencar Ramos
Santo Ângelo, RS

"A festa acabou,
a luz apagou,
(...)
a noite esfriou,
e agora, José?
e agora, você?
você que é sem nome,
que zomba dos outros,
você que faz versos,
que ama protesta,
e agora, José?
(...)
está sem discurso,
está sem carinho
(...)"

Em meio a incertezas, angústias e ansiedades, atravessei o portão do centro de recuperação de dependentes químicos. Enquanto me conduziam ao meu quarto na clínica, recordei-me desses versos do poeta Carlos Drummond de Andrade. A lembrança da manhã em que voltei à casa paterna veio à luz da memória. Em meio ao pranto desenfreado, implorei para minha mãe:

— Por favor, me ajude!

Então, numa manhã escaldante de fevereiro, fui me internar, crendo que aquele lugar seria a cura para essa doença: eu era prisioneiro de mim mesmo, era um pássaro preso em gaiola aberta.

Minha estadia na clínica durou só quatro meses. Teria que ficar internado nove meses, mas, da segunda vez que fugi daquele local, não mais retornei. A clínica não alimentou

minha fome de mudança. Voltei às ruas, e minha vida passou a ser tudo aquilo que era antes de entrar na clínica. Troquei a noite pelo dia. Para casa, só ia para mudar de roupa. Do uso de drogas ilícitas, passei a praticar furtos. Precisava de dinheiro para alimentar meu vício cada vez mais... Num desses delitos, fui autuado e encaminhado ao Juizado da Infância e da Juventude. Durante uma audiência, o juiz encaminhou-me ao Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cededica) de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul.

Junto ao Cededica funciona o *Projeto Escola de Passagem*, que acolhe adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto e que estão evadidos da escola regular. Passei a cumprir as medidas de prestação de serviço à comunidade (PSC) e de liberdade assistida (LA). Freqüentar a *Escola de Passagem* fazia parte da LA, pois eu estava evadido da escola regular.

O meu dia-a-dia no projeto fez com que minha vida caminhasse rumo a uma transformação inacreditável. Na escola, receberam-me como um pai que recebe o filho pródigo que esteve ausente da casa paterna por muito tempo. Eu realmente fazia parte de uma família. Sentia isso, vivia isso. Percebi que o tratamento recebido na escola era igual para todos os meus colegas: éramos tratados com carinho e respeito, coisa que a maioria das pessoas acha que, por sermos adolescentes infratores, não podemos receber.

Graças à *Escola de Passagem*, temos a oportunidade de mostrar à sociedade que somos pessoas dignas de respeito. Os professores dessa escola mostraram que existem pessoas que se preocupam com o aluno, não importando sua classe social ou sua raça. O que importa é que os professores e os orientadores estão lá para ajudar, orientar, aconselhar e mostrar o caminho certo para seguirmos. E são esses os fatores que nos trazem segurança e vontade de mudar para que nossos familiares e professores fiquem orgulhosos com nosso desempenho.

O sacrifício valeu a pena. Atualmente, estou com 16 anos. Minha passagem nessa escola propiciou uma transformação, eu diria um milagre. O futuro já não é mais incerto. Tenho, hoje, tantas certezas: pretendo estudar e fazer um curso de graduação e, quando estiver formado, voltar e dizer "muito obrigado" para o meu professor (que também é meu orientador) e para a professora, pois eles acreditaram na minha recuperação quando eu mesmo achava estar tudo perdido.

Já não sou mais aquele José do poema de Carlos Drummond de Andrade. Agora eu tenho discurso, tenho carinho por mim mesmo. A bondade veio, assim como a utopia: tudo é realidade, tudo é possível. Tudo pode na bondade e na ternura daqueles que acreditaram em mim. E isso é refletido no cotidiano junto à mãe do meu filho, que eu amo e que me deu a maior força na recuperação.

O texto acima foi extraído do livro *Causos do ECA*: Histórias em Retrato - O Estatuto da Criança e do Adolescente no Cotidiano, produzido pelo Portal Pró-menino/RISolidaria (www.promenino.org.br), de iniciativa da Fundação Telefônica.

Sorrisos de Marina

Luciana Ribeiro Barros
Juiz de Fora, MG

A escola onde atuo está situada no município de Matias Barbosa, pequena cidade próxima a Juiz de Fora. Trata-se de um projeto social de uma empresa, que trabalha há quase três anos com 25 crianças de famílias de baixa renda em horário integral, numa ação de inclusão social.

Semana passada, a mãe de Marina, aluna da escola, telefonou justificando que não poderia ir à reunião porque o teto de sua cozinha estava com risco de desabamento e teria que desocupar o local. Perguntei se ela já havia solicitado auxílio na prefeitura. Ela disse que sim, mas que não havia previsão de nenhuma obra ou ajuda. Continuei os meus trabalhos, mas, volta e meia, pegava-me pensando na situação da família.

A empresa que mantém a escola tem atividades no ramo de construção, o que me levou a tomar a iniciativa de perguntar se poderiam verificar as condições da casa dessa família e de executar alguma reforma. Para adiantar o processo, ofereci-me a ir até a casa e tirar fotos do local para registrar os riscos da estrutura daquela moradia.

No início da escola, três anos atrás, eu já havia visitado algumas famílias para o processo de seleção, mas dessa vez foi diferente. Para explicar essa diferença, meu "causo" tem que mudar de forma literária. Acho que também mudei de alguma forma. Em casa, à noite, depois das fotos, com uma chuvinha fina lá fora, não conseguia dormir e fui escrever para me entender, para relaxar, para desabafar:

Sorrisos de Marina

Sei que toda vez que chover
Vai inundar minha mente
As rachaduras
Daquele teto
Daquela parede
Daquela gente

Sei que toda vez que chover...
Apertarei-me em meus braços
Atados na memória dos fios
Virarei curto, circuito, embaraço.
Retorcerei longo, desespero, cansaço.

Nós de fios, no teto, queimados.
Em teia, em gato, esgarçados.
E se chover forte?

A porta cedeu à violência
Descascou parede,
Transformou o pai
Molhou o chão.

A coberta agasalhava a janela,
Só moldura, só rangia – de medo, raiva e frio.
Eu só olhava,
Fotografava e...
Molhava

A vista patinava
Nos pés dos móveis destruídos nos meus pés
Na ferrugem, no lodo.

Era mais fácil sair
Era mais fácil fugir
Era mais fácil fingir

Mas aqueles fios!
Apertados de gordura, de tempo (Que tempo? Quanto tempo?)
Apertados os nós
Apertados os corpos

Mal cuidados, mal nutridos, mal deitados.

Apertados os fios de vontade

De banho quente
De ferro de passar
De luz elétrica
De outras histórias para contar...

Uma trégua!

A chuva cessa.
Vou uma légua pra fora do barraco
Espio as nuvens que costumam trazer sonhos...

Nós de fios elétricos bem que podiam ser laços de fita
Fitas largas, brilhosas, deslizantes!
Laços coloridos, de cintura de vestido novo!
Vestido pra ir à festa!
Pra dançar!
Pra embrulhar docinhos em sua barra!
Pra cantar!
Pra lambuzar de molho, de doce, de fantasia!
Pra simplesmente, rodopiar!

Vestido pra combinar com tiara, com brinco, com pulseira.
Podia ser estampado de rosa
Combinar com batom
Daquele tom,
Que colore sorrisos!

Sorrisos em longo convívio
São cada vez mais procurados

Mais provocados
Carinhosamente cultivados
De tanto sorrirem,
Balançam, aquecem, conquistam
Ganham brilho, cor, nome...
Viram sorrisos de Marina!
Sorrisos assim trazem saberes de além dos livros para as linhas do coração.
Sorrisos assim mudam o sentido dos dados estatísticos, dão vida aos estatutos.

Ao entrar no barracão de Marina, vi que lá não cabia minha "neutralidade". Senti que não sou forte se " força" significar o meu escudo. Por causa de Marina, tive a exata noção do valor guardado em todos os outros barracões sob a tempestade que rega nossa querida Terra. Senti-me impotente, com todos os meus sentimentos secando minha boca. Virei-me para despedir de Marina. Deparei com seu sorriso... O que ajudava a mover aquele sorriso, embora tímido, sobre um corpo frágil e receoso, abrigado dentro daquele barraco?

Quando nos abraçamos, não me senti mais tão impotente assim... Senti que o que também ajuda a mover o sorriso de Marina é uma ponta de alegria, equilibrada num traço de esperança fincado na palma da minha mão.

No momento, a empresa está doando o material de construção para a família de Marina e já conseguimos uma porta. Parceria com a prefeitura está sendo feita para a mão-de-obra da casa de Marina e a chuva já não me incomoda tanto!

O texto acima foi extraído do livro *Causos do ECA*: Histórias em Retrato - O Estatuto da Criança e do Adolescente no Cotidiano, produzido pelo Portal Pró-menino/RISolidaria (www.promenino.org.br), de iniciativa da Fundação Telefônica.

Vida passada a limpo

Maria Sueli Fonseca Gonçalves
São Paulo, SP

Pedro, 14 anos, negro, morador da periferia de São Paulo, toma conta de carros estacionados na rua para ajudar no orçamento da casa. A vida não está nada fácil e, para completar, é "convidado a procurar" outra escola por mau comportamento. Acabrunhado, magoado, confuso e diminuído, o menino chega na nova escola. Quem o observasse com atenção, no entanto, perceberia nos olhos negros e graúdos um não-sei-quê de ternura, de bondade e de infância lutando para virar juventude digna, correta e normal, apesar de tudo.

– Professora, professora!

Ela não o conhecia e não o ouviu, seguiu pela rua estreita, a passos rápidos, porque precisava chegar na outra escola e cumprir a segunda jornada do dia.

– Professora, professora!

– É comigo que você está falando? Desculpe, parece que ontem era você me chamando.

Desculpe. O que há?

– Eu quero ser acadêmico. O que preciso fazer para ser acadêmico?

Pedro ouvira falar da Academia Estudantil de Letras Padre Antônio Vieira, onde alunos da escola ocupavam cadeiras literárias e participavam de estudos semanais, defendendo os seus patronos.

– Pois não. Você pode ser um acadêmico, sim. Vamos combinar? Todas as últimas quintas-feiras do mês convidamos um escritor, poeta, literato para dar palestra aos acadêmicos aqui na escola. Neste mês, virá um escritor de nome Waldomiro Gonçalo, você vai gostar. Venha então na próxima quinta-feira.

Foi assim que Pedro chegou à Academia de Letras e identificou-se de maneira impressionante com o escritor convidado. Waldomiro, guarda-civil metropolitano, havia se "descoberto" escritor, conforme seu humilde depoimento, e lançado o seu primeiro livro. O poema "Fome", especialmente, tocou a sensibilidade do jovem estudante, que chorou ao ouvir a interpretação majestosa do autor, o qual, apercebendo-se, doou-lhe carinhosamente um exemplar.

Desse dia em diante, Pedro passou a freqüentar a Academia Estudantil de Letras como simpatizante e não se afastou mais dos livros. Era comum encontrá-lo com o livro de Waldomiro nas mãos, tentando memorizar o poema "Fome". Seus olhos tinham agora um brilho especial, não mais visível apenas a alguns, e em suas atitudes percebia-se uma transformação evidente: o menino descobrira o seu valor, a sua auto-estima havia sido recuperada e, por se sentir finalmente amado e respeitado, quebrou as amarras e libertou-se. Entre os "imortais", escolheu Manuel Bandeira e começou a estudar a vida e a obra desse notável poeta. Naquele momento, já era suplente, apoiado em seus estudos pelo acadêmico titular da cadeira pretendida.

Tudo seguia normalmente. Essa história parecia ter chegado ao esperado "final feliz", mas o destino pregou-nos uma peça. A Academia Estudantil de Letras foi convidada a participar de um sarau poético numa das escolas vizinhas. Motivo de honra, porém, tratava-se da mesma escola de onde Pedro houvera sido "convidado a se retirar" pouco antes, conforme relatamos no início.

O menino tremeu nas bases, obviamente. Como enfrentar tamanho desafio? Não comparecer ao evento foi a primeira idéia que lhe pareceu razoável. Não conseguiria subir ao palco e declamar. Como se posicionar diante dos antigos colegas e professores que conheciam tão bem sua antiga história, aquela que ele próprio desejava esquecer? Mais uma vez, nosso herói conseguiu se superar. Fechou os olhos, declamou o poema "Fome" emocionadíssimo, como antes nunca o fizera. A curiosidade inicial dos expectadores, estampada num meio riso em muitos rostos, foi, pouco a pouco, convertendo-se em seriedade e silêncio. Ao final, o jovem acadêmico Pedro, já titular da cadeira número 17, de Manuel Bandeira, na Academia Estudantil de Letras, foi aplaudido, de pé, entusiástica e respeitosamente, por todos.

O texto acima foi extraído do livro *Causos do ECA*: Histórias em Retrato - O Estatuto da Criança e do Adolescente no Cotidiano, produzido pelo Portal Pró-menino/RISolidaria (www.promenino.org.br), de iniciativa da Fundação Telefônica.

Eu também faço parte

Suzete Faustina dos Santos
Santos, SP

Relutei em escrever. Não sei se o fato de ser um "causo" recente implicaria uma invasão de privacidade. Foram vários dias pensando e repensando. Volto meu olhar para as folhas de papel que relatam uma situação, ao fundo uma música:

"... Tente outra vez..."
Um ato cometido: assassinato do padrasto. Comoção geral. Senti-me totalmente inútil como cidadã e ainda mais como educadora. Perguntei-me qual a finalidade de estar aqui. Quais motivos levaram aquele menino de 15 anos a comprometer sua vida de forma tão aviltante? Não sei, talvez nunca saiba. O envolvido, preso em flagrante, conduta excelente, cumpridor dos deveres, sempre se destacando nas atividades escolares, com premiações por desempenho estudantil. O aluno que qualquer educador classificaria como exemplar. Não adianta lamentos, vamos em frente. Não estou aqui para julgar, jogar a próxima pedra. Já que não pude fazer nada antes, tentei ajudá-lo depois.

Virei sombra desse aluno para que ele não se sentisse tão só diante da realidade obscura que se apresentava. É claro que não sou conivente com o delito, mas solidária na jornada. Como se fosse obra do acaso, várias pessoas atravessaram nosso caminho. Pessoas que, mesmo sem saber, para sempre marcarão nossos rumos: o delegado super-humano, comprometido com o trabalho, mas de olho nos rumos de toda uma juventude, o Conselho Tutelar, a assistente social de uma Unidade de Internação Provisória (UIP) da capital paulista e seu próprio pai, separado da mãe, que eu não conhecia.

O pai foi a primeira pessoa a colocar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) "sob o braço" e ir à luta. Cumpriu, mesmo sem saber, o artigo 22 ("Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores...") quando compareceu à escola e a outros locais de freqüência do aluno, tentando entender em que momento as coisas ruins começaram a acontecer, tentando mostrar que aquele ato foi pontual. Cumpriu também o artigo 55 ("Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino") ao se preocupar com a continuidade de ensino do aluno, fosse na escola em que estava ou em estabelecimentos de ensino "anexos" à UIP.

Passaram-se 45 dias. Em 28 de março de 2005, uma notícia: o aluno foi solto. Mais artigos do ECA cumpridos: artigo 108 ("A internação antes da sentença pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias..."), artigo 110 ("Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal"), artigo 112 ("Verificada a prática do ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar aos adolescentes as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - pressão de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida...").

Um telefonema: o aluno, agora em liberdade assistida, quer voltar para a escola. Alegria e preocupação tomaram conta do meu íntimo. E agora? Como será recebido na comunidade escolar? Não posso jogá-lo na escola simplesmente nem jogar a escola, que poderia estar despreparada, para ele. Preciso "sondar" ambos os lados, sentir os ânimos. Minha maior preocupação como educadora era com a comunidade escolar, como ela veria essa "liberdade" repentina? Falo com os alunos, conversa rápida, baseada em

observações, gestos e reações diante do que estava sendo colocado. Alívio ao perceber que a comunidade estava ciente do assunto, que tinha visão da "nova" chance que todos devem ter na vida, do discernimento de valores. Satisfação em ver que o corpo docente conhecia a proposta educacional de formação plena do cidadão à medida que apropriaram os alunos de concepções e atitudes reais de formação de valores.

Primeiro dia de sua volta à escola. Meus olhos atentos à procura de reações que pudessem denotar ânimos acirrados. O aluno está introspectivo, não se aproxima das pessoas: as mesmas que ele já conhecia tão bem. Talvez esteja esperando reações, manifestações. Preocupo-me, fico apreensiva. No final do período, questiono como foi o dia e faço a pergunta que me agoniava naquele momento, se ele pretendia voltar no dia seguinte... Os segundos que antecederam a resposta pareceram intermináveis horas. Ele me olha nos olhos – sempre olhou nos olhos ao falar com as pessoas – e, com o sorriso aberto, disse que voltaria e que sempre soube, independentemente do que aconteceu, que poderia contar conosco. Abraçamo-nos e sorrimos.

Digo que a vida está lhe dando uma nova chance, que não será fácil, mas agora dependia mais dele do que de nós. Qual será o procedimento da Justiça, o veredicto final? Uma etapa matemática, descobrir a incógnita.

"...Queira, basta ser sincero e desejar profundo..."

Terça-feira, 7 de março de 2006, 9 horas da manhã, olho pela janela, ele joga vôlei com os colegas, vê-me, dá um sorriso, sorrio, ele entende e faz um sinal de positivo. Volto a trabalhar com a convicção de que ele vai dar certo, de que ele quer dar certo. Continuo a pensar que ele precisa de ajuda, necessita de cuidados emocionais e precisa de auxílio profissional. Consulto o ECA, o artigo 98 ("As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta ") e o artigo 101 ("Verificada qualquer das hipóteses previstas no artigo 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas : [...] II - orientação, apoio e acompanhamento temporários ; [...] V - requisição de tratamento médico, psicólogo ou psiquiátrico..."). No âmbito escolar, sou autoridade competente. Uma vez que ele havia voltado ao convívio escolar, como fazer valer o artigo 101? Ligo numa certa faculdade, primeira resposta:

— Sinto muito, não temos vaga.

Insisto, peço que pelo menos ouça o que tenho a dizer, resumo a situação, percebo a preocupação de quem me ouve, explicando como devo proceder para cadastrar o aluno. Ele fica preocupado, diz que vai haver um tempo de espera, respondo que tudo bem, que o importante é acontecer, ele afirma convicto que vai acontecer, sim. Sorrio outra vez. Lembro da música de Raul Seixas:

"Tente... E não diga que a vitória está perdida. Se é de batalhas que se vive a vida. Tente outra vez..."

Vamos em frente, já está dando certo.

O texto acima foi extraído do livro *Causos do ECA*: Histórias em Retrato - O Estatuto da Criança e do Adolescente no Cotidiano, produzido pelo Portal Pró-menino/RISolidaria (www.promenino.org.br), de iniciativa da Fundação Telefônica.

Desculpe-me, filha!

Valdecir Gonçalves do Santos

Turmalina, MG

Joaninha é uma menina linda, muito meiga, de olhar triste e sabedoria invejável. Sendo a convivência familiar um dos mais importantes direitos das crianças e dos adolescentes, no Vale do Jequitinhonha, onde ela vive, nem sempre é assim.

Como Policial Militar, instrutor do Programa de Erradicação das Drogas (PROERD), liderado pela Corporação Militar do estado de Minas Gerais, lá estava eu, ávido por conhecer as crianças da quarta série que seriam contempladas com o Programa naquele semestre.

As aulas começaram a todo vapor. No canto esquerdo da sala estava Joaninha. Seu rostinho brilhava, apesar do olhar sombrio e triste. Com o tema "mudando as idéias sobre o uso de drogas", procurava colocar todo profissionalismo naquela aula.

Num passe de mágica, tornei-me verdadeiro malabarista. Prendi a atenção das crianças e percebi que algumas tinham cuidado até para se mover, tamanha concentração no assunto discutido. Dona Ney observava-me. O assunto chamava a atenção da professora e dos alunos. Como um poeta que declama com propriedade seus versos, eu gesticulava, afirmando que a droga é como um caminho que nos oferece apenas o portão de entrada e dificilmente a saída, roubando-nos as pessoas que amamos, deixando um vazio em nossas almas; por isso, muitos escritores denominam-na como o câncer do século.

Lembro-me como hoje. De repente, alguém quebrou o silêncio, roubou a cena e, com um suspiro forte, começou a chorar. Preocupado, vi que a professora, com um olhar profundo, procurava em mim a resposta para a atitude de Joaninha, que tremia muito e chorava.

Em segundos, passou um filme na minha mente. Havia me preparado, dedicado uma boa parte do meu tempo, planejado a aula daquela manhã. Teria atingido em cheio o emocional daquela criança? Onde havia errado? Teria acertado demais nas palavras? Tinha certeza de que algo havia acontecido. Precisava urgentemente descobrir o que era. Naquele instante Joaninha levantou-se, com o olhar abatido, respiração acelerada e educadamente, com a mãozinha erguida, sussurrou entre lágrimas:

– Policial Silas, meu coração não suporta suas palavras. Estou sofrendo. Enquanto o senhor falava, fiquei pensando em minha história. Venho de uma família pobre e, mesmo pequena assim, tenho vontade de deixar de viver. Como o senhor sabe, o povo da minha região é marginalizado e considerado como o mais pobre do Brasil!

Confesso que fiquei inseguro. Sendo grande, me senti pequeno e impotente diante do relato que eu, a professora e os colegas ouvíamos, enquanto ela continuava sua fala:

– Hoje tenho 12 anos. Se o senhor classifica as drogas como câncer, esta doença já passou em minha casa. Não sei qual era a minha idade na época... Mas eu era pequena e me lembro. Não sei se era muita pobre, mas o único dinheiro que a mãe tinha, ela gastava

com pinga e bebia até esquecer que era gente. Mesmo assim, eu a amava tanto e sempre pedia para que ela parasse de beber. Eu tinha muito medo de perdê-la. No fundo, eu já estava perdendo, pois ela já não penteava os seus lindos cabelos, não cuidava do seu corpo, os seus dentes estavam sujos. E eu sofria muito!

Fiquei olhando diretamente naqueles olhinhos tristes enquanto Joaninha me perguntava incansavelmente:

– Policial Silas, você está me entendendo? O senhor me entende?

E a minha resposta era:

– Sim, meu anjo!

Ela continuava:

– Foi aí que aconteceu. Mãe sentia fortes dores no peito e deitou pedindo um copo de água, completamente bêbada e não mais se levantou. Agora ficou um vazio, somente eu e o papai. Sinto saudades dela!

Um silêncio novamente tomou conta da sala e ela continuou relatando que hoje seu pai também é alcoólatra.

Aquele momento ficou registrado. E os dias prosseguiam, porém, dentro de mim, a angústia acompanhava. A cada encontro naquela sala, eu procurava olhar diretamente nos olhos de Joaninha, tentando amenizar sua dor, recheando minhas aulas de afeto e atenção.

No final do ano, a direção da escola ficou surpresa com 100% da presença dos pais na reunião. Tudo transcorreu tranqüilamente e, no final, um senhor humilde pediu a palavra. Ele caminhou até o meio e um pouco inseguro começou a relatar:

- *Pulicial,* eu queria saber o que o *sinhô* fez com minha *fia* Joaninha, que ela mudou tanto! É cuidadosa *cumigo*, carinhosa, preocupa tanto que até me incomoda. Há poucos dias eu bati tanto nela, pois ela jogou minha pinga pelo ralo do tanque, e eu tinha ficado nervoso. Mas eu me arrependi... Hoje eu quero pedir *discurpa* pra todos os presentes aqui e pra minha Joaninha *que num tá qui*. Faz *dia* que não bebo, pois minha *fia,* através do que viu no *sinhô,* tem me ensinado a mudar de vida...

Em meio a soluços do senhor Venceslau, todos ficaram calados frente ao desabafo do pai.

Em nosso município, naquele ano, naquela escola, naquela sala, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) esteve presente. Todos queriam entender o ECA e o debate sobre os direitos da criança aconteceu. Nas reuniões, analisamos todo o Estatuto e observamos que essa lei constitui um avanço, considerando que sua base é a doutrina da proteção integral ao indivíduo, reconhecendo a criança e o adolescente como cidadãos, possuidores de todos os direitos dos adultos e de outros direitos específicos, por serem pessoas em processo de desenvolvimento.

Joaninha e seu pai Venceslau desfrutam hoje de vida nova.

Sendo educador, tenho a alegria de ter colaborado como instrumento transformador. Mais do que nunca, sei que nossas crianças têm direito à proteção, ao afeto e à amizade.

Minha preocupação com as crianças que participam do PROERD cresceu. Na perspectiva de "cuidar" desses seres indefesos, é que vislumbro, no meu trabalho, inesgotáveis possibilidades de, na prática educacional, rechear as aulas de afetividade, ética e amor, oportunizando interações entre os familiares e possibilitando a todos construir sua subjetividade, constituindo-se como sujeitos sociais, autônomos, escritores da história da vida.

Registro aqui então um convite, reafirmando meu compromisso e parafraseando nossa música brasileira: "Deixa o ECA te levar, ECA leva eu"...

O texto acima foi extraído do livro *Causos do ECA*: Histórias em Retrato - O Estatuto da Criança e do Adolescente no Cotidiano, produzido pelo Portal Pró-menino/RISolidaria (www.promenino.org.br), de iniciativa da Fundação Telefônica.

Escola e ciganos: por que não?

Viviane Souza e Silva

Caçapava, SP

Descalços, com roupas coloridas, meninos de chapéu e meninas com saias até os joelhos. Não são duas nem três crianças... Vejo mais de 20 delas sorridentes e satisfeitas com seu modo de vida. Diferentes de muitos arranjos familiares "modernos", essas crianças têm em seu cotidiano uma realidade rara: possuem pai, mãe e seus avós estão por perto. Tios, primos e sobrinhos também fazem parte desse universo.

Não falo de algo distante, presente nos livros de história, nem me refiro às famílias tradicionais, cujos componentes residiam num mesmo local. Vejo à minha frente membros de uma família numerosa, sim, em pessoas, mas com inúmeros direitos violados. Eles não têm carteira de vacinação, não possuem fotos nem registro de nascimento. Não têm acesso ao posto de saúde nem aos serviços públicos. Escola? O que é mesmo isso para um povo situado à margem da sociedade?

Falo dos ciganos. Vejo crianças ciganas, muitas delas, com seus longos cabelos louros e seus olhos azuis ou esverdeados, que brilham ao se deparar com meus olhos castanhos que as observam. Admiro suas relações, seus afetos e sua segurança quando estão perto de suas mães. As barracas de lona colorida estão espalhadas ao redor da chácara e, ao soar do meu "bom-dia", eis que se aproximam, com um andar lento e receoso para questionar o que estou querendo.

Sou conselheira tutelar de um município que compreende alguns acampamentos de famílias ciganas. Município este onde muitos cidadãos ainda não aprenderam a olhar os ciganos para além de sua higiene precária, para além dos rótulos de "trombadinhas" e "pedintes". De início, a resistência, certa grosseria e pouca correspondência às orientações. Ainda impregnados pela doutrina do Código de Menores, vigora em seus pensamentos a idéia de que "ninguém vai tirar as crianças daqui". Percebi que já não era possível

alcançar êxito apresentando-me como representante do Conselho Tutelar, já que não era vista como defensora de direitos, mas sim, recebida como alguém que impõe obrigações. Como me aproximar? Como ser acolhida e ter a chance de me apresentar como alguém que busca sua promoção e não sua dissipação?

Eis que uma pesquisa pela Internet leva-me a um contato com a Pastoral dos Nômades. Por e-mail, relato ao padre responsável todas as dificuldades em intervir junto aos ciganos, bem como exponho a preocupação em garantir àquelas crianças seus direitos fundamentais. O padre, em resposta, conta que já havia estado com os ciganos dessa cidade e que havia realizado várias celebrações de batizados e casamentos nesse acampamento. Em seguida, abre as portas e aponta o novo caminho: sugere que eu realize a entrega de algumas certidões que estavam em sua posse. E assim procedo. Ao chegarem pelo correio as certidões, acompanhadas de algumas fotos também enviadas pelo "Padre Cigano" – assim chamado pelos que o conhecem –, vou até o acampamento. Qual foi a minha surpresa ao lhes falar do padre: ótima recepção e livre acesso a seu meio. É preciso tão pouco: atenção e compreensão, insistência e muitas visitas ao território onde se encontram. Aceitar que, quando querem confidenciar algo entre eles, usam seu dialeto próprio. É preciso escutá-los e, como seres humanos que são, respeitá-los como tais.

As crianças, pouco a pouco, reconhecem-me e já se achegam, alegres e cheias de perguntas. Mas a minha alegria fica completa ao ter a liberdade de perguntar a elas o que achavam de ir para a escola e obter uma resposta positiva, com olhares de esperança e sorrisos de aceitação. Entra em cena o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garante igualdade de condições para o acesso à escola pública próxima à sua residência. Confiantes, os ciganos informam os locais onde residem outros parentes. Já não encontro acampamentos, encontro, enfim, ciganos que residem em casas alugadas de alvenaria, num bairro periférico da cidade.

Apesar de protegidos do sol e da chuva, permanecem desprotegidos do preconceito. Vejo que a escola como espaço de formação do indivíduo e de cidadania pode ser o carro-chefe para a introdução de novos hábitos, sobretudo aqueles relativos à higiene e à comunicação, bem como para a valorização dos traços culturais dos ciganos rumo à inclusão social. Dou prosseguimento à trajetória da garantia efetiva do direito à educação, entro em contato com a secretaria municipal de educação, que garante as vagas para a matrícula das crianças na rede. Sobrevém, entretanto, a preocupação da direção da escola municipal, situada no bairro, diante do desafio de acolher os novos alunos. Mas nada que um bom diálogo e o trabalho em rede não possam ajudar, permitindo a criação de alternativas e a abertura de oportunidades para o crescimento pessoal e relacional.

Nessa perspectiva, a preocupação transforma-se em motivação para que a diretora agende reunião com os pais das crianças na minha presença. Ao ser receptiva e acolhedora, a diretora foi igualmente compreendida por eles. Em meio a sorrisos, apresenta aos pais (acompanhados pelos filhos), as dependências da escola, enfatizando os horários a serem cumpridos e as expectativas de todos os funcionários em recebê-los. As crianças, eufóricas, transmitem sua motivação e seu contentamento por adentrar no ambiente escolar.

As aulas começam. Todo o receio de que os novos alunos pudessem ser discriminados ou rejeitados pelos demais cai por terra. A inocência e a simplicidade das crianças espalham-se e surpreendem todos nós. Os professores, certos da importância do tratamento

igualitário, porém, respeitando as diferenças, apresentam com tranqüilidade os conteúdos, propagando a pedagogia do respeito e da amizade. Mas ainda há muito que fazer.
Essa história não tem fim, pois longo é o caminho a ser percorrido, outros direitos a serem garantidos, mas vale realçar que a escola trouxe aos pequenos ciganos mais dignidade, solidariedade e a possibilidade de demonstrarem o que são: pessoas, cidadãos, humanos!

O texto acima foi extraído do livro *Causos do ECA*: Histórias em Retrato - O Estatuto da Criança e do Adolescente no Cotidiano, produzido pelo Portal Pró-menino/RISolidaria (www.promenino.org.br), de iniciativa da Fundação Telefônica.

ISBN 978-859817174-6

Secretaria Especial
dos Direitos Humanos

Ministério
da Educação

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL